



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **EDcl no PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1595 - PR (2019/0349352-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**EMBARGANTE** : ALEXANDRE DA SILVA  
**EMBARGANTE** : CLAUDIO DE CASTRO  
**EMBARGANTE** : ELZA RITA GUIMARAES FRAILE  
**EMBARGANTE** : NATALINA BRENZAN DE CASTRO  
**EMBARGANTE** : PRISCILA PIGATTO DA SILVA  
**EMBARGANTE** : ROBERTO APARECIDO ROSSINI  
**ADVOGADO** : LUCAS PASSOS DE CASTRO - PR075280  
**EMBARGADO** : MUNICÍPIO DE MARINGÁ

#### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

#### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por ALEXANDRE DA SILVA e outros contra decisão monocrática, de minha relatoria, assim ementada (e-STJ fl. 391):

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI. PEDIDO NÃO SUSCITADO PERANTE A TURMA RECURSAL DE ORIGEM. PROVIMENTO CNJ N. 7 DE 7.5.2010. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

Nas razões dos declaratórios, os embargantes defendem que a decisão ora impugnada reconhece que a possibilidade de analisar divergência de questões sobre direito material no âmbito das turmas recursais. Porém, alega omissão quanto ao fato de o presente pedido de uniformização ter sido apresentado ainda na origem, conforme se vê na mov. n. 88 do Recurso Inominado nos autos n. 0010222-25.2018.8.16.0018. Assevera, em síntese, que (e-STJ fl. 398):

Sendo assim, a parte autora comprova que apresentou o pedido no tribunal de origem, sendo que o pedido do mesmo foi negado de plano sob a fundamentação que deveria ser interposto diretamente neste tribunal. Portanto não restou alternativa aos autores, se não se socorrer ao STJ. Ante tal divergência não existe alternativa se não a propositura do presente embargos de declaração ante este ínclito tribunal. Razão pela qual suplica pelo recebimento do mesmo, para que seja sanada a contradição de que o Pedido de Uniformização, não foi interposto no tribunal de origem.

A parte embargada, instada a se manifestar, alega que não se encontra, nos autos n. 00102222-25.2018.8.16.0018, o pedido de uniformização realizado perante a Corte de

origem.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Nos termos da Lei, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material (art. 1.022 do CPC/2015).

Obscura a decisão quando imprecisa, de difícil ou impossível compreensão. Contraditória quando contém, em si, afirmações ou fundamentos que estão em oposição ou que levam a resultados distintos ou inversos. Omissa quando faltar pronunciamento sobre ponto ou questão, isso é, ainda que não tenham controvertido as partes (questão), mas apenas uma delas tenha suscitado o fundamento (ponto), ou a respeito do qual deva o órgão jurisdicional pronunciar-se de ofício, ou em razão de requerimento da parte (cf. MEDINA, José Miguel Garcia. Curso de Direito Processual Civil Moderno [livro eletrônico]. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018).

Os embargos de declaração têm finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições, ou para a correção de erro material. Não têm caráter substitutivo, modificador ou infringente do julgado, mas sim integrativo ou aclaratório. O objetivo dos embargos não podem ser a infringência, a qual, por ventura, ocorreria como consequência da supressão de omissão, ou da resolução de obscuridade ou de contradição (cf. NERY JUNIOR, Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado [livro eletrônico]. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018).

Observo não ser hipótese de embargos de declaração, visto que a parte, irresignada, busca, meramente, a infringência do julgado. Nota-se não haver, nos autos, o pedido de uniformização dirigido para a Corte de origem, tal como destacado na impugnação aos declaratórios.

Assim, deve-se manter a decisão ora recorrida, segundo a qual o pedido de uniformização não pode ser conhecido, tendo em vista que não foi suscitado perante a Turma Recursal, mas sim diretamente para o STJ. De rigor, a incidência do art. 12, § 3º, do Provimento n. 7/2010 do CNJ, confira-se:

Art. 12. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais da mesma unidade da federação sobre questões de direito material.

[...]

§ 2º O pedido de uniformização atenderá o disposto nos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.153 de 22 de dezembro de 2009.

§ 3º O recurso será dirigido ao Presidente da Turma de Uniformização e interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação da decisão que gerou a divergência, por petição escrita e assinada por advogado ou procurador judicial.

Os embargos de declaração, contudo, não servem para que se adeque a decisão ao entendimento da parte embargante, nem para o acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e, menos ainda, para rediscussão de matéria já resolvida (cf. EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no RMS 52.333/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, CORTE ESPECIAL, DJe 29/06/2018; EDcl no MS 20.816/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, DJe 17/04/2018; EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1491187/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, DJe 23/03/2018).

Ausente quaisquer das hipóteses legais, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator